



\*  
MUNICÍPIO DE  
**PAREDES**  
ROTA DOS MÓVEIS

Baptista Pereira, Dr.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.ª 6/17

**2017/11/23**

## QUADRIÉNIO 2009/2013

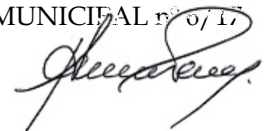
ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES,  
REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2017

- - - Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSE ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, Presidente da mesma Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores membros da Assembleia Municipal José Alberto de Sousa e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu respetivamente 1º e 2º secretários da mesa a fim de, nos termos da convocatória, se tratar da ordem de trabalhos. Procedeu-se à verificação das presenças, tendo-se registado a **ausência** do Senhor Alberto Luís Mourão Soares Carneiro. -----

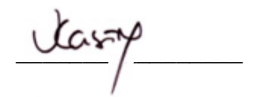
- - - **PRESENÇAS POR SUBSTITUIÇÃO: ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro: em substituição do Senhor Alberto Luís Mourão Soares Carneiro, o Senhor Cristiano Marques da Costa.** -----

- - - Verificada a existência de quórum, pelo Senhor Presidente da Mesa foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte e uma horas. -----

- - - Foi dada posse aos Senhores Joaquim António Meireles Brandão, António Macedo de Lemos e Cristiano Marques da Costa que, nos termos da Lei prestaram juramento. -----

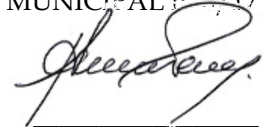



Baptista Pereira, Dr.



## 1 - ÁREA METROPOLITANA DO PORTO - PEDIDO DE MARCAÇÃO DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA VOTAÇÃO SOBRE A LISTA DE CANDIDATOS À COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

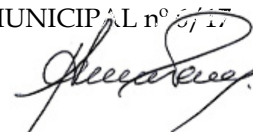
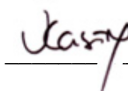
Foi presente à Assembleia Municipal, o ofício proveniente da Assembleia Metropolitana do Porto, com a referência duzentos e noventa e três, datado de seis de novembro do corrente ano, a remeter a lista de candidatos à Comissão Executiva Metropolitana. ----- Tomou a palavra o Senhor, Cristiano Ribeiro que fez a seguinte intervenção: “O Conselho Metropolitano do Porto aprovou uma lista de candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana que se apresenta para a votação nesta Assembleia Municipal com as respetivas notas curriculares. Desde já anunciamos que a bancada da CDU votará contra esta lista. E explicitamos as razões. Constata-se sem grande dificuldade que os ilustres cidadãos pressupostos têm essencialmente um “neutro” perfil técnico, com reduzida dimensão e capacidade políticas e são apenas parte de uma tradicional lógica de gestão da Área Metropolitana do Porto baseada nas políticas do PS/PSD (ou PSD/PS, como se queira), as políticas do chamado bloco central. Mas, mais do que discutir nomes ou currículos, importava analisar neste momento programas ou linhas de intervenção que dessem sentido e utilidade à pertença de Paredes à Área Metropolitana do Porto. Os cidadãos de Paredes podem e devem perguntar (e justamente) que vantagens advêm da integração de Paredes. Analisemos uma questão importante, o Andante. A questão da não extensão até agora do andante ao Concelho de Paredes tem um conteúdo concreto e simbólico. Esse objetivo permitiria criar um Passe Social Intermodal, com acesso a transportes públicos diferenciados facilitadores de maior mobilidade interna, a menor custo. Em julho de dois mil e dezassete a bancada da CDU apresentou nesta Assembleia Municipal um requerimento dirigido ao Governo (e aprovado por todas as bancadas) no sentido de tornar transparente este processo, o viabilizar e de responsabilizar politicamente quem obstrói ou adia a sua implementação. Passados quatro meses e infelizmente estamos na mesma. Falta o despacho ministerial de homologação, que nos

  
Baptista Pereira, Dr.  


equipararia aos restantes dezasseis Concelhos da Área Metropolitana. Somos e queremos ser Área Metropolitana do Porto. Mas não queremos ser excluídos de políticas regionais estruturais como são as de transportes beneficiárias do ambiente, da qualidade de vida, da economia local e regional. Acresce que os atuais organismos metropolitanos, também eles resultantes de alterações promovidas por governos do tal bloco central, reduzem a representatividade democrática. Se no passado a prática confirmava que todos os partidos com representação nas Assembleias Municipais conseguiam ter representação no Órgão Deliberativo metropolitano, na Assembleia Metropolitana, agora tal não acontece. A Lei, feita à medida, exclui a possibilidade de representação nos órgãos metropolitanos de forças como a CDU que tem representação na maioria das Assembleia Municipais dos Concelhos que integram a AMP. Por estas razões, votaremos contra a lista proposta.” -----

Tomou a palavra o Senhor Ricardo Santos que começou por cumprimentar e endereçar votos de um mandato profícuo ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e a todos os Senhores Membros da mesma, assim como ao Executivo Municipal. Desejou também, que a oposição seja uma oposição na máxima democracia, na certeza de que só com uma boa oposição se faz um bom Executivo. Aos Senhores Presidentes de Junta e a todos os eleitos, deixou a certeza de que a bancada do PSD deseja, que seja um mandato próspero e que responda às expetativas das gentes paredenses e, acima de tudo, um mandato onde impere a democracia. Relativamente ao assunto ora em discussão, disse que a sua bancada votará em consciência e com muita responsabilidade pelo que a bancada do PSD vai propor à Mesa, talvez na próxima sessão da Assembleia Municipal, e de acordo com a Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, nomeadamente no seu artigo vinte e cinco alínea a), em que é permitido convocar o secretariado que será eleito brevemente para, perante a Assembleia Municipal de Paredes, responder sobre o trabalho desenvolvido no próximo mandato. Referiu, que esta responsabilidade é conferida à Assembleia Municipal pelo que a bancada do PSD irá propor a referida convocatória. -----

Tomou a palavra o Senhor Rui Silva, que afirmou que o que realmente está em discussão é a eleição da Comissão Executiva Metropolitana. Disse subscrever a necessidade de tal Comissão se deslocar à Assembleia Municipal para apresentarem os seus objetivos para o mandato que agora se vai iniciar e talvez falar dos mandatos anteriores. No que diz respeito às vantagens do Concelho de Paredes pertencer à Área Metropolitana do Porto,

  
Baptista Pereira, Dr.  


disse que a questão do andante será resolvida muito em breve. -----

De seguida, passou-se à votação, e a proposta apresentada foi aprovada com: catorze votos a favor, um voto contra e doze votos em branco. -----

## **2 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA EFETIVO PARA A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - PARA VOTAÇÃO**

Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um Presidente de Junta de Freguesia efetivo para a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Após a votação, registaram-se os seguintes resultados: Belmiro dos Santos Sousa, vinte e dois votos; Fernando Nuno Leal Lamas Serra, vinte votos; Albertino Borges da Silva, dois votos; Votos em branco, um. -----



Assim, foi eleito Belmiro dos Santos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Recarei. --

## **3 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA SUPLENTE PARA A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - PARA VOTAÇÃO**

Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um Presidente de Junta de Freguesia suplente para a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Após a votação, registaram-se os seguintes resultados: Antónia Salomé da Silva Santos, vinte e dois votos; Fernando Nuno Leal Lamas Serra, vinte votos; Albertino Borges da Silva, dois votos; Votos em branco, um. -----

Assim, foi eleita Antónia Salomé da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa. -----

  
Baptista Pereira, Dr.  


#### **4 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO - PARA VOTAÇÃO**

Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital do Porto. -----

Após a votação, registaram-se os seguintes resultados: Fernando Gonçalo de Sousa Santos, vinte e dois votos; José Augusto da Silva Borges, vinte votos; Albertino Borges da Silva, dois votos; Votos em branco, um. -----



Assim, foi eleito Fernando Gonçalo de Sousa Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar de Sousa. -----

#### **5 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PARA VOTAÇÃO**

Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

Após a votação, registaram-se os seguintes resultados: João Manuel Nogueira Gonçalves, vinte e dois votos; Mariana Fernanda Machado da Silva, vinte votos; Albertino Borges da Silva, dois votos; Votos em branco, um. -----

Assim, foi eleito João Manuel Nogueira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Sobreira. -----

  
Baptista Pereira, Dr.  


**6 - ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE TÂMEGA II - VALE DO SOUSA SUL - PARA VOTAÇÃO**

Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um membro para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II. -----

Após a votação, registaram-se os seguintes resultados: José Armando Coutinho Baptista Pereira, vinte e dois votos; Carlos Franclim Moreira da Silva, vinte votos; Cristiano Manuel Soares Ribeiro, dois votos e António Macedo de Lemos, um voto. -----

Assim, foi eleito José Armando Coutinho Baptista Pereira, Presidente da Assembleia Municipal. -----

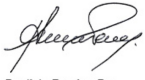
**7 - INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA BANCADA PARLAMENTAR PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO**


Foi solicitado à Assembleia Municipal que cada bancada indicasse um membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. -----

Foram indicados os seguintes elementos: pelo Partido Socialista, Andreia Filipa Mendes da Silva; pelo Partido Social Democrata, Joaquim António Meireles Brandão; pelo Partido Popular CDS-PP, António Macedo de Lemos e pela CDU, Cristiano Manuel Soares Ribeiro. -----

**8 - ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O JÚRI DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - PARA VOTAÇÃO**



  
Baptista Pereira, Dr.



Foi solicitado à Assembleia Municipal que elegeisse um membro para integrar o Júri de atribuição de Bolsas de Estudo. -----

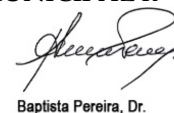
Após a votação registaram-se os seguintes resultados: Luís Celso dos Santos Garcia, vinte e dois votos; Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, vinte votos; Cristiano Manuel Soares Ribeiro, dois votos e António Macedo de Lemos, um voto. -----

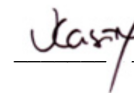
Assim, foi eleito Luís Celso dos Santos Garcia. -----

## **9 - RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2017 - PARA CONHECIMENTO**

Foi presente à Assembleia Municipal, para conhecimento, o Relatório de Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município, relativo ao primeiro semestre do corrente ano o qual foi previamente enviado todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que o ponto principal do presente documento é a execução orçamental, ou seja, como é que as receitas e as despesas previstas estão a meio do ano. Referiu que para o ano de dois mil e dezassete esta previsto um volume de receitas correntes no valor de quarenta milhões de euros, tendo sido arrecadados a meio do ano dezassete milhões de euros pelo que, a este nível nada há a assinalar. No que diz respeito a despesas de capital, receitas previsíveis para investimentos, estavam previstos vinte e cinco milhões de euros, tendo sido arrecadados dois milhões quatrocentos e setenta mil euros sendo duzentos e quatro mil euros respeitantes à venda de um terreno em Baltar que foi vendido a um particular e que até levantou alguma celeuma pois tinha sido cedido a uma instituição, quinhentos e um mil euros correspondentes a metade da receita proveniente do, FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro e que é uma receita com a qual a Câmara Municipal pode contar para fazer investimento e um milhão novecentos e quinze mil euros que provêm de uma conta caucionada que é um empréstimo de curto prazo que o Executivo Municipal vai



  
Baptista Pereira, Dr.



agora liquidar. Prosseguindo, esclareceu que estava previsto receber um valor de vinte e cinco milhões de euros tendo sido recebidos até junho do corrente ano apenas dez por cento deste valor, ou seja, dois milhões e setecentos mil euros sendo que, grande parte do valor, entretanto perspetivado, oito milhões de euros, relacionam-se com fundos comunitários de projetos que o Município vai fazendo e que, devido ao relatório do OLAF, estão bloqueados, seis milhões de euros. Referiu que estão a ser desenvolvidos todos os esforços junto do governo, para que aquela verba possa ser libertada, dando até mesmo como garantia um bem imóvel do Município caso contrário a Câmara Municipal vai estar muito limitada naquilo que é a estratégia do Executivo Municipal para o ano vindouro. No que diz respeito à despesa corrente, estava previsto um valor de trinta e seis milhões de euros tendo sido assumidos a meio do ano compromissos no valor de vinte e oito milhões de euros tendo sido pagos treze milhões de euros. Quanto às despesas de investimento, disse que estavam previstos vinte e um milhões de euros para o corrente ano e que a trinta de junho, foram assumidos para com fornecedores catorze milhões trezentos e quinze mil euros tendo sido pagos quatro milhões trezentos e trinta e nove mil euros verificando-se em despesas de capital um fosso de onze milhões de euros entre aquilo que foi assumido e o que foi pago. Afirmou que o Município apenas rececionou dois milhões e setecentos mil euros de despesas de capital tendo sido pagos quatro milhões que foram retirados às despesas correntes para pagar despesas de capital o que mostra algum desequilíbrio. Chamou a atenção para o fosso existente nas contas adiantando que já tem em seu poder o relatório do Revisor Oficial de Contas relativo a trinta de setembro afirmando esperar que todos tenham compreendido o que dizem as contas para saberem o que pode e não pode ser feito pelo Executivo Municipal. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

## **10 - APROVAÇÃO FINAL DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta de alteração de regulamento da Tabela



Baptista Pereira, Dr.

Rui José Fernandes Silva

de Taxas e Preços Municipais a qual foi previamente remetida a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

Solicitou o uso da palavra o Senhor António Macedo de Lemos. -----

**António Macedo de Lemos (CDS-PP)** - Referiu que apesar de as alterações não serem substanciais, ainda assim mereciam um reparo do CDS-PP e que fomentar a prática desportiva e o bem estar dos cidadãos bem como incentivar e impulsionar o uso dos equipamentos desportivos municipais colocando-os ao serviço de todos foi e sempre será uma bandeira do CDS-PP, lembrando a construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Paredes a reabilitação do Estádio das Laranjeiras nos anos oitenta, bem como a construção da Piscina Municipal Jorge Malheiro. Observou que a ser aprovado o aumento das taxas tal facto acarretará e arrefecerá o hábito da utilização de tais equipamentos com a consequente redução da prática desportiva pelo que o CDS-PP votará contra a proposta ora em discussão sugerindo que, na presente legislatura, a taxa a pagar pela utilização dos equipamentos desportivos municipais devia ser inalterado. Disse ser tão importante para o CDS-PP a participação nas despesas médicas e medicamentosas como também a prevenção através do próprio desporto observando que o Regulamento deveria ser alterado no sentido da promoção da prática desportiva na cidade. -----

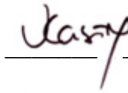
**Senhor Presidente da Câmara Municipal** - Esclareceu que o Regulamento Municipal não foi elaborado pelo atual Executivo Municipal e que o que está em causa são apenas pequenos arredondamentos. -----

**Declaração de voto do Senhor Rui José Fernandes Silva** - Referiu que o Regulamento já vem do mandato anterior tratando-se apenas de alguns arredondamentos. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

  
Baptista Pereira, Dr.



## 11 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO - PANGEIA - INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia Municipal o pedido de reconhecimento de interesse público da firma Pangeia com sede na Rua dos Fojos número sessenta e dois na freguesia de Sobrosa, cuja proposta foi previamente enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

Solicitaram o uso da palavra os Senhor Cristiano Ribeiro e António Lemos. -----

**Cristiano Manuel Soares Ribeiro (CDU)** - Tomou a palavra o Senhor, Cristiano Ribeiro que fez a seguinte intervenção: “Votaremos pela abstenção neste ponto. Consideramos que este processo de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, envolve questões de legalidade e de relevância, já assinalados em processos anteriores, igualmente propostos a esta Assembleia. Se o que está em causa são condicionantes que impediram a obtenção da licença industrial, não compete a esta Assembleia suprir ou ultrapassar de forma administrativa tais condicionantes. Não confundimos apoios legítimos e concretos ao tecido industrial e comercial do concelho, às pequenas e médias empresas geradoras de riqueza e de emprego, com a utilização abusiva do conceito de relevância ou mérito de interesse público municipal. Acompanhamos com agrado, e digamos alguma surpresa, a declaração do Vereador, Rui Moutinho, expresso no extrato de deliberação da ata da reunião de Câmara. Identificados os problemas em causa, já conhecidos e expostos anteriormente por esta bancada, os Vereadores do PSD não foram contudo consequentes na votação. Pelas razões citadas, a bancada da CDU, abstém-se neste ponto da ordem de trabalhos”.-----

**António Macedo de Lemos (CDS-PP)** - Referiu que a sociedade requerente em termos formais é uma sociedade sediada em Paços de Ferreira e, por conseguinte, paga os seus impostos àquele Município, apesar do seu gerente, residir na freguesia de Sobrosa. ----- Observou que esta sociedade foi constituída a quatro de março de dois mil e dezasseis tendo uma alteração ao nível da gerência em vinte e um de outubro de dois mil e dezassete e que este pedido acaba por não se enquadrar no espírito da lei talvez sendo ilegal. Referiu que o CDS-PP valoriza os ativos e aplaude quem faz das fraquezas força



Baptista Pereira, Dr.

para chegar longe lançando-se ao desafio da vitória, alicerçando-se apenas na sua resiliência e na esperança de ir mais além o que é e será sempre uma bandeira do CDS-PP com a meritocracia em todo o seu esplendor revista nessa mesma bandeira. Lembrou que esta é uma empresa com onze trabalhadores e com pouco mais de um ano de vigência questionado sobre qual o tipo de riqueza que trouxe ao Município de Paredes uma vez que está sediada no Município de Paços de Ferreira, bem como que investimento externo captou, que mercadoria exportou e que imagem projetou do Concelho de Paredes dentro e além fronteiras. Observou que deveriam ser instituídos critérios rigorosos para se regular esta forma de procedimento de modo a que possa ser reconhecido às empresas o interesse público municipal manifestando desconhecer a razão pela qual se quer reconhecer o interesse público a uma empresa sediada em Paços de Ferreira. -----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal** - Referiu que este foi um processo instruído no mandato anterior pelo Senhor Vereador, Pedro Mendes, que teve que ter um parecer técnico e que estes processos são constituídos no âmbito de um programa que se chama RERAE que tem por base a regularização extraordinária de atividades económicas que estão em locais, que dadas as circunstâncias não podiam ser legalizadas. Esclareceu que esta é uma empresa com sede em Paços de Ferreira e que a fábrica têxtil está localizada em Sobrosa, numas antigas instalações de mobiliário, sendo uma empresa que conta com onze trabalhadores e que é uma PME que teve uma atividade de cento e cinquenta e dois mil euros no ano transato e que no primeiro trimestre do corrente ano já faturou cento e vinte mil euros e cuja evolução parece ser favorável. Disse que esta fábrica, tal como milhares de outras no Concelho, está instalada numa zona residencial e por conseguinte não podia ser licenciada, tendo aproveitado o regime extraordinário de atividades económicas para se legalizar. Adiantou que, se pudesse, há dois anos teria feito uma campanha de sensibilização pois muitas destas empresas não se podem candidatar a incentivos comunitários, visto não possuírem licença de utilização a qual podem conseguir com o já referido regime. Lembrou que vai ser feita uma alteração ao PDM e que as empresas que passarem por este processo, poderão ver o seu caso resolvido pois as respetivas áreas deixarão de ser consideradas zonas residenciais sendo alteradas para zonas económicas. Referiu que identificar estes processos como "*reconhecimento de interesse público municipal*" poderá ser exagerado porém, o objetivo é a legalização destas

Baptista Pereira, Dr.



Baptista Pereira, Dr.

empresas. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DELIBEROU POR MAIORIA, APROVAR O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DA FIRMA PANGEIA - INDÚSTRIA TEXTIL, LDA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO, QUE SE ANEXA. -----

**Declaração de voto do Senhor António Macedo de Lemos** - Tomou a palavra o Senhor António Macedo Lemos que fez a seguinte declaração de voto: "O CDS/PP com assento nesta Assembleia sente a responsabilidade de, dentro do que lhe for possível, proceder à devida análise aos assuntos da ordem do dia, de modo a que nas suas votações e intervenções prossigam um caminho de isenção, de justiça e de verdade, sempre atendendo ao superior bem de todos os cidadãos - os Paredenses. Assim, considerando, entre outros fatos: a) que o assunto em apreciação não se encontra devidamente esclarecido para ser votado; b) que no seu pedido deixa muitas reservas, quanto à aplicação legal requerida de interesse público; c) que a sede da empresa, para onde paga os seus impostos se encontra em Paços de Ferreira; d) que, coincidentemente, a sede indicada no requerimento, em contradição com o registo formal, é exatamente a mesma que a residência do gerente da sociedade requerente; e) que a referida sociedade iniciou a sua atividade em Março de 2016, ou seja, há menos de dois anos exigíveis para o efeito. O CDS/PP não pode tomar outra opção que não seja o voto contra.-----

**Declaração de voto do Senhor Cristiano Manuel Soares Ribeiro (CDU)** - Justificou a abstenção da bancada da CDU pelas razões inicialmente expostas, acrescentando os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Disse estar verdadeiramente preocupado com o facto da gestão urbanística da Câmara Municipal vir criar um PDM aos retalhos, utilizando de forma oportunista uma Lei que cria problemas graves, salientando a concorrência desleal entre empresas do mesmo tipo com diferentes responsabilidades perante a Lei e as questões atinentes, assim como os problemas ambientais das populações. Referiu que gostaria de saber quais os problemas de natureza ambiental ou de outra ordem que a localização desta empresa envolve e para o qual, todos os representantes da população de Paredes deveriam ser mais sensíveis. Defendeu



— Baptista Pereira, Dr. —

que esta não é uma declaração de interesse público municipal, mas sim uma declaração de interesse privado de quem exerce a sua atividade, mas não quer cumprir as regras estabelecidas na região e por todo o nacional, mas que seria necessário fazê-las cumprir. —

**Declaração de voto do Senhor Rui José Fernandes Silva (CDS-PP)** - Referiu que, relativamente a este assunto não se trata de contornar a Lei mas sim de a respeitar e legalizar uma edificação que não cumpre as regras e que é o primeiro de outros passos necessários para a declaração de interesse público. -----

**Declaração de voto do Senhor Ricardo José Moreira dos Santos (PSD)** - Referiu que a sua bancada votou a favor porque, muito mais importante que saber se veio ou não do Executivo anterior era o facto de se criarem critérios objetivos para valorizar esta figura e, acima de tudo, existir a preocupação com as onze famílias que poderiam ser colocadas em causa se a proposta não fosse aprovada. -----

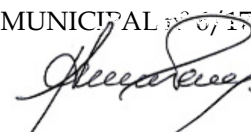
O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal para que tivessem em atenção o Regimento que a todos foi disponibilizado e o lessem. Recomendou ainda que, no caso dos Senhores Membros da Assembleia Municipal que abandonem a sala sem intenções de regressar, dessem disso conta à Mesa ou ao secretariado de apoio à Assembleia Municipal -----

## **12 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA 5 DE OUTUBRO, EM MOURIZ, FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

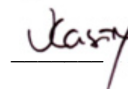
Foi presente à Assembleia Municipal a sinalização vertical na Rua cinco de outubro em Mouriz, atual freguesia de Paredes, cuja proposta foi previamente enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA CINCO DE OUTUBRO EM MOURIZ, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----



Baptista Pereira, Dr.



### 13 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EM 600-1 E VARIANTE, NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta de sinalização vertical e horizontal na EM 600 - 1 e variante, na freguesia de Rebordosa, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

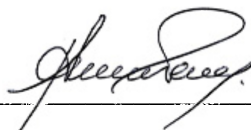
Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EM SEISCENTOS UM VARIANTE, NA FREGUESIA DE REBORDOSA CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

- - - E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo vinte e três horas e sete minutos. -----

- - - E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.-----

- - - E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa, a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----



Baptista Pereira, Dr.

